

doi <https://doi.org/10.5335/srph.v24i2.17560>

Para além da exclusão rural: a historiografia contemporânea sobre as políticas varguistas para o campo brasileiro (1932-1937)ⁱ

Más allá de la exclusión rural: la historiografía contemporánea sobre las políticas varguistas para el campo brasileño (1932-1937)

Beyond rural exclusion: contemporary historiography on Vargas policies for the Brazilian countryside (1932-1937)

ERIK CHICONELLI GOMES¹  

Resumo: Este artigo apresenta uma revisão historiográfica sobre a formação da classe trabalhadora rural no Brasil durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, especificamente no período de 1932 a 1937, utilizando a perspectiva metodológica de E.P. Thompson em diálogo com a História Econômica. O estudo examina como a historiografia contemporânea tem interpretado as políticas estatais, as transformações econômicas e as formas de resistência dos trabalhadores rurais neste período. A análise demonstra que a produção acadêmica recente contesta a tese tradicional da "exclusão rural" durante o período Vargas, revelando através de evidências documentais que o governo desenvolveu políticas específicas para reorganizar as relações sociais no campo brasileiro. Conclui-se identificando lacunas na historiografia e propondo direcionamentos para futuras pesquisas baseadas em fontes primárias.

Palavras-chave: Classe trabalhadora. Era Vargas. Historiografia.

Resumen: Este artículo presenta una revisión historiográfica sobre la formación de la clase trabajadora rural en Brasil durante el primer gobierno de Getúlio Vargas, específicamente en el período de 1932 a 1937, utilizando la perspectiva metodológica de E.P. Thompson en diálogo con la Historia Económica. El estudio examina cómo la historiografía contemporánea ha interpretado las políticas estatales, las transformaciones económicas y las formas de resistencia de los trabajadores rurales en este período. El análisis demuestra que la producción académica reciente contesta la tesis tradicional de la "exclusión rural" durante el período Vargas, revelando a través de evidencias documentales que el gobierno desarrolló políticas específicas para reorganizar las relaciones sociales en el campo brasileño. Se concluye identificando lagunas en la historiografía y proponiendo direccionamientos para futuras investigaciones basadas en fuentes primarias.

Palabras clave: Clase trabajadora. Era Vargas. Historiografía.

Abstract: This article presents a historiographical review of the formation of the rural working class in Brazil during Getúlio Vargas' first government, specifically from 1932 to 1937, using E.P. Thompson's methodological perspective in dialogue with Economic History. The study examines how contemporary historiography has

¹ Doutor (2023) em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre (2018) em História Econômica pela mesma instituição. Graduado em Geografia (2025) pela Universidade de Brasília; em Direito (2017) pela USP; em História (2020) pela USP e em Ciências Sociais (2008) pela USP. Realizou pesquisa de Pós-Doutorado em Filosofia e Teoria Geral do Direito na Faculdade de Direito da USP e atualmente desenvolve novo projeto de Pós-Doutorado no Instituto de Economia da Unicamp, no âmbito do Programa de Pesquisador de Pós-Doutorado (PPPD). Atua como Coordenador Acadêmico da Escola Superior de Advocacia da OAB/SP.

interpreted state policies, economic transformations, and forms of rural workers' resistance during this period. The analysis demonstrates that recent academic production contests the traditional thesis of "rural exclusion" during the Vargas period, revealing through documentary evidence that the government developed specific policies to reorganize social relations in the Brazilian countryside. It concludes by identifying gaps in historiography and proposing directions for future research based on primary sources.

Keywords: Historiography. Rural working class. Vargas Era.

Considerações iniciais

O período compreendido entre 1932 e 1937, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, constitui um marco fundamental para a compreensão da formação da classe trabalhadora rural no Brasil. Este recorte temporal, que se estende da Revolução Constitucionalista até a instauração do Estado Novo, representa uma fase de consolidação das políticas trabalhistas varguistas dirigidas especificamente ao campo brasileiro. A historiografia tradicional, por décadas, caracterizou este período através da tese da "exclusão rural", argumentando que o governo Vargas teria estabelecido um "pacto" com as oligarquias agrárias que resultou na marginalização sistemática dos trabalhadores do campo. No entanto, a produção acadêmica contemporânea tem contestado essa interpretação consolidada. Através de pesquisas baseadas em documentação primária, incluindo legislação específica, discursos radiofônicos direcionados ao campo e correspondências de camponeses ao governo federal, os estudos recentes revelam um cenário significativamente diferente. Como demonstra Welch (2016, p. 84), "até 1945, o regime Vargas gerou uma série de estudos, leis e instituições para reajustar a vida rural, um conjunto de intervenções que criou um legado importante e duradouro".

Esta revisão historiográfica propõe-se a mapear os principais debates acadêmicos sobre a formação da classe trabalhadora rural brasileira no período 1932-1937, examinando como diferentes correntes interpretativas têm abordado as políticas estatais varguistas, as transformações econômicas do período e as formas de resistência e adaptação dos trabalhadores rurais. O estudo utiliza como perspectiva metodológica os conceitos desenvolvidos por E.P. Thompson, particularmente suas noções de "experiência", "economia moral" e "formação de classe" como processo histórico ativo, para analisar como a historiografia brasileira tem interpretado a agência dos trabalhadores rurais na construção de sua própria identidade de classe. A escolha deste recorte temporal justifica-se por marcar uma fase de transição crucial nas políticas estatais dirigidas ao campo, período no qual se consolidaram instrumentos legais e institucionais que permaneceriam influentes nas décadas subsequentes. Além disso, o período

entre 1932 e 1937 representa uma lacuna historiográfica específica, uma vez que a maior parte dos estudos sobre o período Vargas se concentra ou nos primeiros anos após a Revolução de 1930 ou no período do Estado Novo a partir de 1937.

O debate historiográfico sobre a "exclusão rural"

A tese da "exclusão rural" durante o período Vargas constituiu, por décadas, uma interpretação hegemônica na historiografia brasileira. Formulada inicialmente por autores como Fernando Azevedo e posteriormente desenvolvida por José de Souza Martins e Boris Fausto, esta interpretação argumentava que o governo Vargas teria estabelecido um "pacto de exclusão" com as oligarquias rurais, concentrando suas políticas trabalhistas exclusivamente nos centros urbanos e ignorando sistematicamente os trabalhadores do campo. Esta interpretação encontrava sustentação na própria legislação trabalhista do período, particularmente na Lei 1.402 de 1939, que excluiu explicitamente o setor agrário da aplicação das normas sindicais, e na posterior Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943, que manteve esta exclusão. Como argumentava a historiografia tradicional, estas exclusões legais comprovariam o desinteresse governamental pelas questões rurais e confirmariam a existência de um acordo tácito entre o Estado e as elites agrárias para manter inalteradas as relações de trabalho no campo.

No entanto, a produção historiográfica contemporânea tem questionado sistematicamente esta interpretação. Welch (2016) constitui a principal referência nesta contestação, demonstrando através de pesquisa documental abrangente que as políticas varguistas para o campo foram muito mais extensas e sistemáticas do que tradicionalmente reconhecido. Seu estudo revela que:

As intervenções realizadas para estabelecer um controle episódico sobre essa população migrante, que invadia e saqueava cidades e armazéns, podem abrir janelas de compreensão bastante amplas para examinar os mecanismos de constituição do poder de Vargas (Welch, 2016, p. 87).

A documentação analisada por Welch (2016) inclui três corpos principais: legislação específica para trabalhadores rurais, discursos radiofônicos direcionados ao campo e correspondências de camponeses ao governo federal. Esta evidência documental demonstra que, ao contrário da suposta exclusão, o governo Vargas desenvolveu políticas específicas e

articuladas para reorganizar as relações sociais no meio rural brasileiro. A plataforma da Aliança Liberal, anunciada por Vargas em janeiro de 1930, já incluía uma seção específica sobre "a questão social" que garantia aos trabalhadores rurais "melhores serviços educacionais, residenciais, nutricionais e de saúde" (Welch, 2016, p. 84).

Dezemone (2007) complementa esta revisão historiográfica através da análise das políticas emergenciais durante as secas de 1932 e 1942, demonstrando como o governo utilizou estas crises como oportunidades para estabelecer novos mecanismos de controle sobre as populações rurais. Suas pesquisas revelam que longe de ignorar o campo, o Estado varguista desenvolveu instrumentos sofisticados de intervenção nas relações sociais rurais, estabelecendo precedentes que influenciariam profundamente as décadas subsequentes.

A perspectiva thompsoniana na historiografia brasileira sobre trabalho rural

A incorporação da perspectiva metodológica de E.P. Thompson na historiografia brasileira sobre trabalho rural representa uma transformação fundamental na interpretação dos processos de formação de classe no campo. Thompson, em sua obra seminal "A Formação da Classe Operária Inglesa" (1978), propôs uma abordagem que enfatiza a agência dos trabalhadores na construção de sua própria identidade de classe, rejeitando visões estruturalistas que reduziam os trabalhadores a meros objetos de forças econômicas ou políticas externas. Fortes (2016) analisa sistematicamente a recepção das teorias thompsonianas no Brasil, demonstrando como os historiadores brasileiros adaptaram os conceitos de "experiência", "economia moral" e "formação de classe" ao contexto específico da realidade nacional.

Segundo Fortes, a perspectiva thompsoniana permitiu aos pesquisadores brasileiros "superar abordagens que viam os trabalhadores como meros receptores passivos de políticas estatais, enfatizando ao contrário sua capacidade de agência e resistência" (2016, p. 45). A aplicação destes conceitos ao estudo da classe trabalhadora rural brasileira encontra seu pioneiro trabalho na pesquisa de Lara (1995), que utilizou o conceito de "economia moral" para analisar as reações dos trabalhadores escravizados às transformações econômicas do século XIX.

Esta aplicação demonstrou a fecundidade da abordagem thompsoniana para compreender como as populações rurais brasileiras desenvolveram suas próprias interpretações e respostas às mudanças impostas pelo processo de modernização. Cord (2014) aprofunda esta

análise, examinando especificamente como a historiografia brasileira sobre trabalho rural incorporou a valorização das "experiências dos trabalhadores" proposta por Thompson. Seu estudo demonstra que a perspectiva thompsoniana permitiu aos historiadores brasileiros capturar dimensões anteriormente negligenciadas da formação da classe trabalhadora rural, particularmente as formas cotidianas de resistência, as estratégias de sobrevivência e as redes de solidariedade desenvolvidas pelos trabalhadores do campo.

No contexto específico do período Vargas, a aplicação da perspectiva thompsoniana tem permitido uma reavaliação fundamental das políticas estatais e das respostas dos trabalhadores rurais. Em lugar de ver os trabalhadores rurais como meros objetos das políticas estatais, esta abordagem enfatiza como eles interpretaram, negociaram e frequentemente subverteram as tentativas governamentais de controle e reorganização social.

As políticas de educação rural no período varguista

A educação rural constituiu um dos eixos centrais das políticas varguistas para o campo, refletindo a crença governamental na ciência e na tecnologia como instrumentos fundamentais para a "regeneração" das populações rurais brasileiras. O projeto educacional varguista para o campo estava intrinsecamente articulado com objetivos mais amplos de modernização nacional e formação de uma nova identidade brasileira. Tavares (2014) analisa especificamente a implementação das políticas educacionais rurais em Pernambuco durante os anos 1930-1950, demonstrando como essas iniciativas buscavam "livrar o campo do amarelão, da maleita, do alcoolismo e do ofidismo" (p. 141). Sua pesquisa revela que a educação rural varguista não se limitava à instrução formal, mas constituía um projeto abrangente de transformação cultural e social das populações do campo.

O movimento do "ruralismo pedagógico", que ganhou força durante o período Vargas, defendia a necessidade de uma educação específica para as populações rurais, adaptada às suas condições de vida e trabalho. Como demonstra Monarcha (2017), este movimento estava fundamentado na crença de que a educação urbana era inadequada para as populações do campo e poderia até mesmo contribuir para o êxodo rural ao criar expectativas incompatíveis com a vida no campo. A criação das Escolas Normais Rurais representou uma das principais inovações educacionais do período. Estas instituições, estabelecidas em diversos estados brasileiros durante a década de 1930, tinham como objetivo formar professores especificamente

preparados para atuar no meio rural. Como documenta Mancini e Monarcha (2017), "a efêmera trajetória das escolas normais rurais no Brasil (1930-1970)" representou "uma tentativa sistemática de profissionalizar o ensino rural e adequá-lo às especificidades do campo brasileiro" (p. 700).

A Escola Regional de Meriti, no Rio de Janeiro, tornou-se um modelo paradigmático desta proposta educacional. Dirigida por Armanda Álvaro Alberto, esta escola desenvolveu uma pedagogia que combinava instrução formal com atividades práticas relacionadas à agricultura, saúde rural e organização comunitária. A experiência de Meriti influenciou significativamente a formulação das políticas educacionais rurais em nível nacional, demonstrando a viabilidade de modelos educacionais adaptados às realidades do campo.

Higienismo e saúde pública no campo brasileiro

As políticas de saúde pública dirigidas às populações rurais durante o período Vargas estavam profundamente articuladas com o projeto mais amplo de modernização nacional e construção de uma nova identidade brasileira. O movimento higienista, que havia ganhado força nas primeiras décadas do século XX, encontrou no governo Vargas um terreno propício para a implementação de suas propostas de saneamento e educação sanitária das populações rurais. Góis Junior (2014) analisa a influência do pensamento de Alberto Torres nos projetos higienistas dirigidos ao campo, demonstrando como "a preocupação dos higienistas brasileiros com as doenças da população rural era central em seu discurso, pois defendiam que o trabalhador do campo estava doente por falta de intervenção, de uma ação preventiva, e não por inferioridade racial" (p. 1446). Esta perspectiva representa uma especificidade importante do higienismo brasileiro em relação aos modelos europeus e norte-americanos, que frequentemente incorporavam pressupostos eugênicos mais radicais.

A criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930 representou a institucionalização desta articulação entre educação e saúde pública, estabelecendo as bases para uma abordagem integrada das questões rurais. Como documenta Milagres e Baía (2023), "a sanitização dos rurais no discurso higienista da década de 1910" havia estabelecido os fundamentos conceituais que seriam posteriormente desenvolvidos e implementados durante o período Vargas. A influência da Fundação Rockefeller nas políticas de saneamento rural constitui um aspecto fundamental desta história.

Através de programas de combate à malária, ancilostomose e outras doenças tropicais, a Fundação Rockefeller estabeleceu metodologias de intervenção sanitária que seriam posteriormente incorporadas pelas políticas governamentais. A Liga Pró-Saneamento do Brasil, criada em 1918, representou um marco na responsabilização do Estado pelos problemas de saúde das populações rurais. Durante o período 1932-1937, estas políticas sanitárias ganharam uma dimensão mais sistemática e abrangente. O governo desenvolveu campanhas específicas de educação sanitária dirigidas aos trabalhadores rurais, utilizando diversos meios de comunicação, incluindo os programas radiofônicos que constituíam uma inovação tecnológica importante para alcançar populações dispersas geograficamente.

A questão indígena e a expansão da fronteira agrícola

A política indigenista durante o período Vargas estava intimamente articulada com o projeto mais amplo de ocupação do interior brasileiro e expansão da fronteira agrícola. O Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado em 1910, continuou operando durante o período Vargas, mas com modificações significativas em seus objetivos e metodologias de intervenção. Garfield (2011) analisa especificamente a política indigenista varguista através do estudo dos Xavante, demonstrando como "a luta indígena no coração do Brasil" estava diretamente relacionada com a "Marcha para o Oeste" e os projetos de expansão da fronteira agrícola. Sua pesquisa revela que a política indigenista do período não pode ser compreendida isoladamente das questões agrárias mais amplas, constituindo parte integrante do projeto de reorganização do espaço rural brasileiro. A criação dos territórios federais em 1943 - Amapá, Rio Branco, Guaporé, Iguaçu e Ponta Porã - representou uma estratégia específica de ocupação de regiões consideradas estratégicas para a segurança nacional e o desenvolvimento econômico.

Como documenta Almeida (2023), "1940: o ano que o Brasil oficial se voltou para o Oeste brasileiro" marca uma inflexão importante na política territorial varguista, com implicações diretas para as populações indígenas dessas regiões. A Expedição Roncador-Xingu, iniciada em 1943, constitui um exemplo paradigmático desta articulação entre política indigenista e expansão da fronteira agrícola. Esta expedição, oficialmente destinada à criação de bases aéreas no interior do país, funcionou na prática como um instrumento de ocupação territorial e integração de populações indígenas aos projetos de desenvolvimento nacional. A historiografia contemporânea tem destacado as contradições inerentes a estas políticas, que

simultaneamente proclamavam a "proteção" dos povos indígenas enquanto promoviam a ocupação de seus territórios tradicionais. Esta contradição reflete tensões mais amplas do projeto varguista de modernização, que buscava conciliar objetivos de desenvolvimento econômico com discursos de justiça social e proteção das populações vulneráveis.

Sindicalização rural e organização dos trabalhadores

A questão da sindicalização rural durante o período Vargas representa um dos aspectos mais controversos das políticas trabalhistas do governo. A historiografia tradicional enfatizava a exclusão dos trabalhadores rurais da legislação sindical, particularmente através da Lei 1.402 de 1939, que retirou o setor agrário do âmbito de aplicação das normas sindicais urbanas. No entanto, a análise documental realizada por Welch (2016) revela um quadro mais complexo. Sua pesquisa demonstra que, embora os trabalhadores rurais tenham sido excluídos da legislação sindical geral, o governo desenvolveu uma legislação específica para a sindicalização rural através do Decreto 24.694 de 1934, que estabeleceu a formação de sindicatos de "empregados na agricultura e pecuária" (Welch, 2016, p. 91).

Os dados quantitativos compilados por Welch (2016) revelam que, até 1931, existiam apenas seis sindicatos agrícolas entre os 251 sindicatos totais reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Esta situação modificou-se gradualmente durante a década de 1930, com o Estado promovendo ativamente a criação de sindicatos rurais em diversas regiões do país. Em São Paulo, por exemplo, existiam em 1935 doze sindicatos patronais rurais e apenas dois de empregados, revelando o desequilíbrio das forças organizadas no campo. A promulgação do Decreto 7.038 em 1944 estabeleceu definitivamente a legislação de sindicalização rural, criando um sistema de sindicatos paralelos que funcionaria até a década de 1960.

Esta legislação específica para o campo diferenciava-se significativamente da legislação sindical urbana, refletindo tanto as especificidades das relações de trabalho rurais quanto as pressões exercidas pelos proprietários de terra para manter formas de controle sobre os trabalhadores. Como documenta o Ministro Lindolfo Collor em 1931, "já que os sindicatos de trabalhadores agrários praticamente não existem, será indispensável promover a formação de alguns deles em vários estados" (*apud* Welch, 2016, p. 93). Esta declaração ministerial revela a consciência governamental sobre a necessidade de organizar os trabalhadores rurais, contrariando as interpretações que enfatizavam o desinteresse estatal pelas questões do campo.

Resistência camponesa e economia moral

A análise das formas de resistência desenvolvidas pelos trabalhadores rurais durante o período 1932-1937 representa um dos aspectos mais relevantes para a compreensão da formação da classe trabalhadora rural brasileira. A aplicação dos conceitos thompsonianos, particularmente a noção de "economia moral", permite uma interpretação mais sofisticada das reações dos trabalhadores rurais às transformações econômicas e sociais do período. A correspondência enviada por camponeses ao governo federal, analisada por Welch (2016), constitui uma fonte fundamental para compreender as expectativas e demandas dos trabalhadores rurais. Estas cartas revelam que os camponeses desenvolveram uma interpretação específica das políticas governamentais, frequentemente reinterpretando as propostas oficiais de acordo com suas próprias necessidades e visões de mundo.

O conceito de "economia moral", desenvolvido por Thompson para analisar os motins de fome na Inglaterra do século XVIII, mostra-se particularmente útil para compreender as reações dos trabalhadores rurais brasileiros às políticas de modernização agrícola. Como demonstra a aplicação pioneira deste conceito por Lara (1995) ao contexto brasileiro, os trabalhadores rurais desenvolveram noções específicas de justiça baseadas em expectativas tradicionais sobre direitos à terra, acesso a recursos naturais e formas legítimas de exploração do trabalho.

As greves rurais, embora numericamente reduzidas durante o período - apenas cinco reprimidas pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) em São Paulo entre 1931-1945, segundo Welch, representam manifestações organizadas de resistência que revelam a capacidade de articulação política dos trabalhadores rurais. Estas mobilizações, embora limitadas, demonstram que os trabalhadores do campo não permaneceram passivos diante das transformações impostas pela modernização varguista. A emergência das primeiras Ligas Camponesas nos últimos anos do Estado Novo, entre 1945-1947, representa o desdobramento histórico das tensões acumuladas durante o período anterior. Estas organizações, que surgiram com forte influência do Partido Comunista Brasileiro, articularam demandas que haviam sido gestadas durante os anos de consolidação das políticas varguistas para o campo.

Conflitos fundiários e modernização conservadora

A análise dos conflitos fundiários durante o período 1932-1937 representa uma lacuna significativa na historiografia, constituindo uma oportunidade importante para pesquisas futuras baseadas em fontes primárias. A documentação disponível sugere que o governo Vargas utilizou a estratégia da "Marcha para o Oeste" como uma válvula de escape para as tensões fundiárias, direcionando os conflitos por terra para regiões de fronteira em lugar de promover reformas nas áreas de ocupação consolidada.

Lassance (2019) analisa as transformações na política econômica durante o período 1930-1945, demonstrando como o governo promoveu uma "modernização conservadora" da agricultura brasileira. Esta estratégia buscava aumentar a produtividade agrícola através da modernização técnica e organizacional, mantendo simultaneamente a estrutura latifundiária existente. Como argumenta Vargas em 1945, "é necessário à riqueza pública que o nível de prosperidade da população rural aumente para absorver a crescente produção industrial; é imprescindível elevar a capacidade aquisitiva de todos os brasileiros - o que só pode ser feito aumentando-se o rendimento do trabalho agrícola" (*apud* Lassance, 2019, p. 261-262).

Esta perspectiva de modernização conservadora implicava na "gradual transformação das grandes propriedades (latifúndios) em modernas empresas capitalistas" sem questionar a concentração da propriedade fundiária. A criação do Ministério da Agricultura em 1930, através da transformação do antigo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, representou a institucionalização desta prioridade governamental com a agricultura. As políticas de proteção ao café, implementadas através de diversos decretos durante a década de 1930, revelam como o governo articulou os interesses dos proprietários rurais com os objetivos mais amplos de estabilização econômica e construção de uma base de sustentação política. Esta articulação explica, em parte, as limitações das políticas dirigidas aos trabalhadores rurais, que deveriam operar dentro dos constrangimentos impostos pela aliança com as elites agrárias.

Transformações econômicas e formação de classe

A análise das transformações econômicas durante o período 1932-1937 permite compreender o contexto material dentro do qual se desenvolveu o processo de formação da

classe trabalhadora rural brasileira. O impacto da crise econômica mundial de 1929, combinado com as políticas de recuperação implementadas pelo governo Vargas, criou condições específicas que influenciaram profundamente as relações sociais no campo.

Medeiros (2004) documenta em seu estudo sobre "A longa marcha do campesinato brasileiro" como as transformações econômicas do período Vargas estabeleceram as bases para os conflitos agrários que emergiriam nas décadas subsequentes. Sua análise demonstra que "os movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária" (Medeiros, 2004, p. 17) que caracterizaram o Brasil pós-1945 têm suas raízes nas contradições geradas pelas políticas varguistas de modernização conservadora. A integração crescente entre agricultura e indústria, promovida pelas políticas varguistas, teve implicações fundamentais para a formação da classe trabalhadora rural. Como analisa Lassance (2019), esta integração criou novas formas de dependência econômica que alteraram as relações tradicionais de trabalho no campo, introduzindo elementos de racionalização capitalista em contextos anteriormente caracterizados por relações paternalistas.

A diversificação da produção agrícola, estimulada pelas políticas de substituição de importações, criou novas oportunidades de trabalho no campo, mas também intensificou a competição pelos recursos produtivos. Esta intensificação contribuiu para acelerar os processos de diferenciação social entre os trabalhadores rurais, criando distinções entre pequenos proprietários, trabalhadores assalariados temporários e permanentes, posseiros e sem-terra.

Considerações finais

Esta revisão historiográfica demonstra que a formação da classe trabalhadora rural no Brasil durante o período 1932-1937 constitui um processo histórico significativamente mais complexo do que tradicionalmente reconhecido pela historiografia. A contestação da tese da "exclusão rural" através de evidências documentais sistemáticas revela que o governo Vargas desenvolveu políticas específicas e articuladas para reorganizar as relações sociais no campo brasileiro. A aplicação da perspectiva metodológica de E.P. Thompson aos estudos sobre trabalho rural brasileiro tem permitido uma compreensão mais sofisticada dos processos de formação de classe, enfatizando a agência dos trabalhadores na construção de sua própria identidade de classe. Os conceitos de "experiência", "economia moral" e "formação de classe"

como processo histórico ativo têm revelado dimensões anteriormente negligenciadas da história social do campo brasileiro.

A análise das políticas educacionais, sanitárias, indigenistas e sindicais implementadas durante o período 1932-1937 revela um projeto governamental abrangente de transformação das relações sociais rurais. Embora estas políticas operassem dentro dos constrangimentos impostos pela aliança com as elites agrárias, elas estabeleceram precedentes institucionais e legais que influenciariam profundamente os desenvolvimentos posteriores. A identificação de lacunas historiográficas significativas, particularmente a escassez de estudos sobre conflitos fundiários específicos do período 1932-1937 e a necessidade de pesquisas regionais comparativas, aponta direções promissoras para futuras investigações.

A aplicação sistemática de metodologias thompsonianas aos estudos sobre trabalho rural, baseada em pesquisa documental com fontes primárias, representa uma oportunidade importante para o avanço do conhecimento sobre este período fundamental da história social brasileira. A formação da classe trabalhadora rural durante o período Vargas não pode ser compreendida como resultado exclusivo de políticas estatais impostas verticalmente, mas deve ser analisada como um processo histórico no qual os próprios trabalhadores desempenharam papel ativo através de estratégias de resistência, adaptação e negociação. Esta perspectiva permite uma compreensão mais rica e nuançada das transformações sociais que caracterizaram o campo brasileiro durante um dos períodos mais importantes de sua história moderna.

Referências

ALMEIDA, Thays Fregolent de. 1940: o ano que o Brasil oficial se voltou para o Oeste brasileiro. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá: UFMT, v. 16, n. 1, p. 45-67, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/1264> Acesso em: 01 set. 2025.

CORD, Marcelo Mac. E. P. Thompson, a historiografia brasileira e a valorização das experiências dos trabalhadores. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói: UFF, v. 12, n. 18, p. 27-49, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8595>. Acesso em: 01 set. 2025.

DEZEMONE, Marcus. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, v. 36, n. 73, p. 107-131, jul./dez. 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbh/a/5GNSQTXnMM7kTM3rr8B4TrM/?format=html&lang=pt>.

Acesso em: 01 set. 2025.

FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV, v. 29, n. 59, p. 587-606, set./dez. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/eh/a/TV7Xv3xPMBGNr5FjDcbZQJD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 set. 2025.

GARFIELD, Seth. **A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios Xavante (1937-1988)**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. Alberto Torres e os higienistas: intervenção do Estado na educação do corpo (1910-1930). **Saúde e Sociedade**, São Paulo: USP, v. 23, n. 4, p. 1445-1457, out./dez. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/WQXyVMVDpcBVbBxhdsFDYmR/?lang=pt>. Acesso em: 02 set. 2025.

LARA, Silvia Hunold. Blowin' in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Projeto História**, São Paulo: PUC-SP, n. 12, p. 43-56, out. 1995. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/revph/article/viewFile/11300/8283>. Acesso em: 02 set. 2025.

LASSANCE, Antonio. Revolução nas políticas públicas: a institucionalização das mudanças na economia, de 1930 a 1945. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV, v. 32, n. 68, p. 531-554, set./dez. 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/eh/a/7x8kDcnT7CpHfYg4NBH8kwc/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 03 set. 2025.

MANCINI, Ana Paula Gomes; MONARCHA, Carlos. A escola rural no Brasil (1930-1950). O Oitavo Congresso Brasileiro de Educação. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia: UFU, v. 16, n. 3, p. 700-715, set./dez. 2017. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/40898>. Acesso em: 12 set. 2025.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v. 18, n. 50, p. 185-206, jan./abr. 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/H7WMxZswgv6zR6MZJx5DHCm/?format=html&lang=pt>.

Acesso em: 12 set. 2025.

MILAGRES, Pedro de Oliveira; BAÍA, Anderson da Cunha. A sanitização dos rurais no discurso higienista da década de 1910. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis: UFT, v. 8, e14659, p. 1-25, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/14659>. Acesso em: 12 set. 2025.

TAVARES, Marcus Aurélio. Para livrar o campo do amarelão, da maleita, do alcoolismo e do ofidismo. A educação rural em Pernambuco nos anos 1930 a 1950. **Educar em Revista**, Curitiba: UFPR, n. 54, p. 141-158, out./dez. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/qz7FtrWZw8BktxL85VR3qYF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2025.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WELCH, Clifford Andrew. Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945). **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, v. 36, n. 71, p. 81-105, jan./jul. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbh/a/Rq5WFdqd66thgrvPMwvvqJd/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 11 set. 2025.

ⁱ **Declaração de Uso de Inteligência Artificial do autor.**

O autor declara que este artigo utilizou o recurso Google Gemini, Flash 2.5 para a análise crítica dos pareceres, revisão e correção de conformidade da ABNT/formato editorial, e reestruturação de seções e parágrafos para o fortalecimento da argumentação. Todo o conteúdo gerado por IA foi revisado, editado e aprovado pelo autor humano, que assume total responsabilidade pelo conteúdo final.

Google. (18/11/2025). Gemini, Flash 2.5 [IA Generativa]. <https://gemini.google.com/app>. Versão Flash 2.5.